

OS FILHOS DOS PORTUGUESES HONRADOS

CRITICA AO REFORMISMO
NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

RELATÓRIO DO 2º ENCONTRO

DOS ESTUDANTES PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

1967

2ª edição - 1969



í n - d i c e

- 1.- A luta dos estudantes portugueses contra o fascismo ... 2
- 2.- Os estudantes portugueses no movimento estudantil internacional 8
- 3.- O II Encontro 23

INTRODUÇÃO

Quer por profundas quer por ligeiras divergências no que diz respeito à estratégia e à tática do movimento estudantil português (divergências mais ou menos acentuadas que menos ou mais se escondiam atrás de "incompatibilidades pessoais"), quer por outras razões que não nos importa investigar, criou-se em Bruxelas um clima anti-SEEPE (Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro). Este organismo era composto por figuras bem conhecidas das associações em Portugal, e também não escondia aquilo porque lutava. José Bernardino*, seu "presidente honorário", era (e é) o símbolo dum política, dum táctica, dum estratégia, enfim, dum classe. A própria eleição do "organismo de cúpula dos estudantes portugueses no estrangeiro" suscitou burburinho, pois, dizia-se, a escolha dos participantes no I Encontro tinha obedecido a critérios pouco criteriosos...

"Acção provoca reacção" (já lá diz o físico), reunião para aqui, reunião para ali, e eis-nos indigitados para representar Bruxelas no II Encontro dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro (EEPE).

Apesar de nos terem afirmado que "em tempo útil" (sic) seríamos detalhadamente informados da ordem dos trabalhos, apenas cerca de uma semana antes receberíamos uma carta na qual com efeito ela constava mas na forma de generalidades. Fomos pois colocados perante problemas que, embora os compreendêssemos, não estávamos devidamente documentados no local. Por isso, quase sempre nos limitamos à abstenção, observámos, registámos, recolhemos bibliografia, e hoje é-nos possível, com base nisto, relatar concretamente o que se passou em Varsóvia. Depois de terminado o encontro, alguns delegados (uns, admitimos que sinceramente, outros à laia de "sopas depois do almoço"), disseram-nos que deveríamos ter feito contra-propostas, que estariam connosco. Mas nós tínhamos perfeita consciência de quem nos rodeava durante esses seis dias (como veremos "em tempo útil"). E o que sucede é que o II EEPE foi ainda para nós uma aprendizagem. Se bem que tivéssemos a noção do que é a U.I.E. & SEEPE, não possuíamos papéis escritos sobre os quais nos pudéssemos debruçar. Hoje, embora poucos, possuímos alguns que nos chegam. Por isso, antes de relatarmos propriamente o que se viu em Varsóvia, procuraremos focar o que lá se passou, ao procedermos a uma breve análise do movimento estudantil português e internacional.

* - Dirigente revisionista

1.-A LUTA DOS ESTUDANTES PORTUGUESES CONTRA O FASCISMO

1.1 - É-NOS PERMITIDO DISCUTIR?

Tanto no relatório do presidente cessante do SEEPE, como nas suas intervenções no II Encontro, como nas recentes publicações do SEEPE, ressalta à vista uma política nitidamente anti-fascista. Mais, são definidas as bases políticas do SEEPE nas palavras "Anti-fascismo, anti-colonialismo", e, à maneira de fecho, "Pela democracia, viva Portugal!". Ora como "anti-fascismos" há muitos (tantos quantas as classes que se lhe opõem), assim como há muitos "anti-imperialismos", "anti-colonialismos" e "democracias", interessa analisar que espécie "deles" se trata, que interesses de classe lá estão contidos, para com eles alinharmos ou não. Mas o presidente cessante não concorda, diz que "As bases políticas em que se alicerça a acção de solidariedade do SEEPE (...) são indiscutíveis" (...) (relatório ao II encontro, posteriormente subscrito pelos restantes elementos do secretariado). E aponta como justificação que "elas traduzem a consciência das massas de estudantes em Portugal". Em primeiro lugar, para nós tudo é discutível, mesmo que se trate de verdades vindas de autoridades consagradas (o que nem tão pouco é o caso). Em segundo lugar, não consideramos a consciência dos estudantes como uma coisa fixa, ou que "acontece porque acontece". Se a consciência dos estudantes é como é, ela é o resultado dum trabalho político e cultural junto deles e como tal, variável e sujeita a interesses tácticos e estratégicos. Por isso nós não damos como assentes as bases políticas que o SEEPE aponta e vamos discuti-las

1.2 - A SUPERESTRUTURA ASSOCIATIVA, UMA ARMA IMPORTANTE

Uma associação de estudantes é uma instituição social. Tal como a rádio, a escola, os jornais, o cinema, etc., ela é portadora duma ideologia política, defensora dum direito, difusora duma corrente cultural e artística, proponente duma determinada concepção do mundo. Mas essa ideologia, esse direito, essa concepção do mundo não são mais do que o produto e a defesa ideológica de determinada base económica. Uma associação de estudantes, como instituição social, ela é em primeira e pequena parcela da superestrutura social, escudo da base económica capitalista.

Há instituições cuja natureza e acção não é possível desviar nem

um milímetro do reaccionarismo, do obscurantismo, da metafísica em torno dos problemas das classes populares em Portugal.

É o caso, por exemplo, da Universidade no seu conjunto, que é impossível modificar sem modificar a base económica que a criou para a servir. É também o caso do jornal "República", defensor do colonialismo e inimigo dos operários e camponeses de Portugal, enquanto a sua rotativa, paga por estes, estiver ao dispor da burguesia "anti"-fascista.

Já não é o caso duma Associação de Estudantes. Em primeiro lugar, amassa que a compõe são jovens que, se bem que ligados às classes burguesas pelos laços familiares, eles ainda não têm uma posição definida na produção. Em segundo lugar, se bem que presos à ideologia dominante, imposta pela superestrutura social, eles possuem grande receptividade intelectual, idealismo e espírito de abnegação. Em terceiro lugar, se bem que o fascismo lhes limite a sua actividade cultural, há sempre possibilidades de actuação. O próprio fascismo, dificultando a criação de organismos circum-escolares, preservou a unidade orgânica do movimento associativo. Em quarto lugar, se bem que o fascismo interfira na vida interna das associações, os seus dirigentes continuam a ser eleitos democraticamente.

Enquanto estas condições se verificarem, se houver um trabalho-base, a direcção das associações e consequentemente a sua linha, podem estar a servir a causa popular. Uma associação de estudantes, elemento da superestrutura social ao serviço da burguesia, pode nestas condições furtar-se a essa determinação e lutar contra a ideologia dominante (1).

Combinado com a acção política e ideológica externa, o papel das associações de estudantes toma grande relevo na formação da ideologia política dos estudantes. A pouco e pouco, através dos seus jornais e boletins, das suas publicações, das conferências e colóquios, a ideologia dominante burguesa pode ir sendo corrigida e, ao mesmo tempo, em cooperação com a acção política e ideológica externa que ultrapassasse a legalidade fascista e o campo de uma associação de massas nas actuais circunstâncias, pode ir sendo implantada a ideologia que corresponde aos interesses dos operários e camponeses de Portugal.

Mas se à frente das associações se colocam os representantes da burguesia descontente com o actual governo, eles farão os possíveis para que a ideologia a implantar na massa estudantil seja a sua própria ideologia, a da exploração embandeirada de democracia.

É assim que a consciência social e portanto o alinhamento político dos estudantes sobre quem se exerce a acção cultural das associações não é uma coisa fixa; pode variar dentro de determinados limites, com forme pode variar a linha da direcção.

1.3 - QUAL TEM SIDO A ACÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES?

Eurico de Figueiredo afirma no seu relatório que "Ir além desta base ("anti-fascista e anti-colonialista", "pela democracia, viva Portugal!" - nota nossa) será transformar o SDEPD numa estrutura que se afasta das linhas fundamentais da acção unitária dos estudantes democratas portugueses, (...) numa estrutura sectária (...)" - pag. 2.

Contudo, como têm sido a acção cultural das Associações em Portugal? Que posições de classe tem assumido a sua ideologia? Terá sido uma ideologia democrato-popular ou democrato-burguesa? Constatamos que

(1) - Notar que não se defende aqui a transformação pacífica da superestrutura social mantendo a base económica, tão absurdo como a própria transformação pacífica da base económica.

em bloco não tem sido nem uma nem outra. Realizações culturais, houve que assumiram a posição popular, outras a posição burguesa; ^{jornais} revistas e publicações que têm assumido inteiramente posições burguesas, outras populares, outras com artigos de um tipo e doutro. Intelectuais que nos colóquios têm defendido posições burguesas, outros que, melhor ou pior, têm defendido posições populares. Conferências em que o conferencista toma posições burguesas, e em que depois no colóquio a seguir, a conclusão, produto dos participantes no debate, está dentro da ideologia democrato-popular.

Que quer tudo isto dizer? Em primeiro lugar, que, pelo critério do ex-presidente do SEEPE, teria havido muito esquerdismo e sectarismo nalgumas realizações, publicações e colóquios, onde até por vezes se comete a "ousadia" (diremos nós) de divulgar o materialismo histórico e dialéctico. E que aqui os netos dos democratas de 1910 (colonialistas que em 1926 vieram a ajustar a forma do governo às suas necessidades de repressão dos trabalhadores) não vão gostar desta forma de interpretar a História, e corre-se o risco de quebrar a "unidade associativa"...

Em segundo lugar, conclui-se que, se há ideólogos anti-populares em postos de direcção em determinados sectores associativos (como foram por exemplo os editores da "Grafia" e "Letras 65") a sua acção pode grandemente ser neutralizada na base pelo combate à sua ideologia.

Em terceiro lugar, conclui-se que pode haver sectores em que ^{de macia}prevaleça a ideologia popular, outros em que prevaleça a ideologia democrato-burguesa, assim como outros ainda não tocados pela acção das associações de estudantes.

Como foi assinalado atrás, o papel das associações de estudantes é complementar do trabalho ideológico extra-associativo e ilegal. A grande acção das associações é corroer a ideologia burguesa e fascista e avançar prudentemente (e não com esquerdismos de linguagem, com ^{que por} vezes se expõem à repressão) material informativo e cultural, ao serviço da estratégia popular. E aqui reside o fundo do problema que o SEEPE mistifica: Nem a massa estudantil é perpétuamente "anti-fascista" nem as associações estão presas a essa linha; com a ajuda delas, a vanguarda estudantil pode arrastar a massa desde uma posição de indiferença ou "anti-fascista" a uma posição de solidariedade para com as classes populares.

1.4 - QUAIS SÃO AS BASES POLÍTICAS FRETENSAMENTE "INSTITUIDAS"?

As bases políticas em que o SEEPE tem trabalhado são, invocando as palavras do presidente cessante, no 2º encontro, as da "Frente Patriótica de Libertação Nacional" (F.P.L.N.), sintetizadas nas palavras de ordem "anti-fascismo", "anti-imperialismo", "anti-colonialismo", "liberdades democráticas" (em regime burguês, como se pode constatar ao fim da pag. 4 do boletim "SEEPE information" nº 3, Fev. 67). É pois ao serviço desta estratégia que o SEEPE gostaria de ver-nos todos "unidos" a trabalhar. Assim, a nossa luta seria dirigida para uma "indústria avançada e nacional", uma "reforma da estrutura agrária", respeitando a "média propriedade". E através da F.P.L.N. que classes conquistariam o poder? As suas resoluções emitem-no completamente. Com um tal programa, é evidente que não são as classes trabalhadoras e com certeza a burguesia não iria confessar que está disposta a continuar a exploração. Mas não há problemas. O jornal da F.P.L.N. "Liberdade" (nº 7) apresenta a solução: "Haverá interesses consideráveis de partido, desacordos estratégicos, discordâncias diversas? Certamente.

Mas tudo isso deve ser passado pelo filtro da grande família que nós formamos, nós os democratas, nós os homens que sofreram e querem viver". A burguesia exploradora e descontente com o salazarismo, que organizou e dirige a F.P.L.N., por palavras meigas, convida os trabalhadores a abdicarem dos seus interesses de classe (as meras discordâncias...), e a servirem de carne para canhão em defesa dela, para lhe aumentarem os lucros, lhe reduzirem os impostos, lhe fornecerem adubos mais baratos ("nós os democratas, nós os homens que sofreram e que rem viver"). E "viva Portugal!", "a grande família que nós formamos"...

Escandaloso, diríamos, se não ^{pensássemos} pensássemos em termos de luta de classes, o que o SEEPÉ nos propõe seguir, mais, que nos oferece como verdade consumada "indiscutível".

Eurico de Figueiredo, no relatório citado, referindo-se à política que diz de "ambiguidade" mas que para nós é bem clara, manifestamente anti-popular e defensora dos interesses da burguesia - conclui, vangloriando-se, que "a representatividade do SEEPÉ não é posta em dúvida por nenhuma União Nacional progressista (e mesmo reaccionaria)" (sublinhado nosso). Eis como, com toda a naturalidade, nos apresenta como vitória aquilo de que se deveriam envergonhar.

É perante esta estratégia burguesa apresentada para o movimento estudantil que nós não capitulamos, e contra a qual lutaremos enquanto for preciso.

1.5 - QUEM DEVEMOS SERVIR?

Os estudantes constituem um meio heterogéneo do ponto de vista político. Mas dele em todo o mundo têm saído movimentos importantes e destacamentos de vanguarda que, no campo da luta de classes, assumiram decididamente a defesa das classes trabalhadoras. Os seus ideais de justiça, igualdade, liberdade, democracia, levam-nos frequentemente a quebrar os laços que a unem às donde são originários, que na maior parte dos casos são as classes opressoras.

Contudo os seus conceitos de justiça, liberdade, democracia, são profundamente abstractos, ainda o resultado da educação que lhes é servida. Ora aqui cabe entrar em acção a vanguarda, a perspectivar as massas de estudantes, a mostrar que se há exploração não há igualdade nem justiça, que se uma minoria impõe à maioria uma ditadura capitalista, não há liberdade nem democracia. Em Portugal a maioria esmagadora da população activa é composta por operários e camponeses. Com o seu trabalho quotidiano eles enchem as panças da insaciável burguesia que, disputando o maior quinhão, arranjam quesílias entre si (quesílias de classe, bem entendido...): os sociais-democratas e os fascistas.

A vanguarda estudantil, atacando ponto por ponto, no seu interesse, o trabalho-junto das massas de estudantes pode transformar grandemente ^(nso) a sua concepção do mundo. Os seus conceitos de justiça, de igualdade, de liberdade, de democracia, adquirem então nos seus espíritos um carácter de classe. As massas de estudantes, compreendem então que esses ideais só serão possíveis de levar às últimas consequências, se se puzer fim às classes opressoras e ao regime de exploração, se se exercer a ditadura democrática-popular.

Claro que estes objectivos estão em desacordo com os defendidos pelo SEEPÉ através da sua adesão ideológica à F.P.L.N.. No campo da justiça, por exemplo, debruçam-se sobre problemas de tamanha envergadura, tais como: "diminuir as custas" (Programa do BCE de Álvaro Cunhal, em perfeito acordo com a F.P.L.N., como é do domínio comum). E aqui, mais uma vez somos "sectários" e proclamamos o nosso conceito

de justiça popular: é justo o que convém às classes trabalhadoras (e para defender esta causa serão "anuladas as custas"...); é injusto o que se lhe opõe. A exploração de classe opõe-se a quem trabalha. Por isso, para nós, "sectários", ela é injusta.

Quando pensamos quem devemos servir, nunca devemos esquecer a luta de classes. Ela existe realmente e separa os exploradores dos explorados. Por isso, em cada aspecto concreto da nossa actividade, em cada momento, a pergunta deve-se-nos pôr na forma: "servir a burguesia ou as classes trabalhadoras?".

1.6 - COMO SERVIR AS CLASSES TRABALHADORAS?

Como vimos, o trabalho dos estudantes pode estar ao serviço das classes trabalhadoras, ou da burguesia. A batalha da luta de classes estende-se pois aos estudantes, à luta pela conquista da direcção do movimento. Defensores dos operários e camponeses dum lado, e da burguesia de outro, todos vão colocar o movimento dos estudantes ou a servir os trabalhadores, ou a servir a burguesia. Trata-se pois duma opção.

Os estudantes que tomam a determinação de combater a burguesia e servir o povo, têm grandes tarefas a cumprir.

O movimento dos estudantes deve acompanhar a luta das classes populares contra o fascismo e o capitalismo. Na actual fase dessa luta, caracterizada por uma reorganização da vanguarda da classe operária, que agrupará em torno de si e dirigirá os operários e camponeses para a tomada do poder, cabe à vanguarda estudantil preparar a massa dos estudantes para esta fase mais acesa da luta, acompanhando a estratégia popular. Por isso se impõe que seja explicado à massa estudantil a luta de classes e quais os interesses dos operários e camponeses de Portugal, ao mesmo tempo que encorajados a oferecerem com abnegação o seu esforço à causa dos explorados. Assim compreendemos que a luta ideológica é actualmente muito importante no seio dos estudantes.

Mas o papel da vanguarda estudantil não ficaria por aqui. Ela deve sair dos portões da escola e levar até aos bairros operários, às fábricas e aos campos a ideologia popular. Os estudantes poderão pois desempenhar um papel de relevo na divulgação da cultura popular, e colaborar na preparação ideológica da acção política decisiva das classes trabalhadoras contra o fascismo.

Quando no 2º encontro defendemos o alinhamento dos estudantes com as classes trabalhadoras, nomeadamente na frente ideológica como difusores da cultura popular, o que ouvimos nos do SEEPE? O que no momento lhes veio à cabeça para defenderem a sua estratégia burguesa. Assim, o seu presidente, Eurico de Figueiredo, num gesto infeliz, interveio afirmando que "cultura popular é uma panaceia", que "isso é o que o S.N.I. dá ao povo". Nós perguntamos: - Será que o S.N.I. mostra aos trabalhadores onde está a sua luta quotidiana com a burguesia e onde estão os seus interesses de classe? Será isto uma "panaceia"? Senhor presidente cessante, não nos interessam as suas concepções teóricas!

1.7 - COMO ESTABELECEER A UNIDADE?

Para que as massas de estudantes possam levar a cabo a sua luta

ao lado das classes populares, é preciso que a sua maioria esteja unida. A nossa luta deve ser ao mesmo tempo pela coesão do movimento. Mas quererá isto dizer que devemos pôr a unidade como bem supremo; que, se for preciso para preservá-la, devemos abdicar dos princípios? A nossa resposta é que entre o restarmos desunidos e defendermos a burguesia, nós preferimos a desunidade. Nós lutamos contra a tentativa de mistificar a "unidade", apresentando como bem supremo "sem princípios", como objectivo principal a atingir.

Eurico de Figueiredo, "homem de boa-vontade", apresenta-se como paladino da "unidade" ao mesmo tempo que pretende alertar os estudantes contra as forças do mal, esses desagregacionistas, desunitários, etc. e tal... Vangloria-se mesmo de grandes êxitos contra esses sata-nazes nos termos: "As manobras divisionistas a que as Uniões Nacionais estão geralmente sujeitas, verificam-se com o SEEPE perfeitamente ino- perantes", graças à sua milagrosa tactica que "não dá abertura a manô- bras"...

Contudo, essa unidade absoluta, aparentemente "sem princípios", na realidade ela é construída segundo os seus princípios, para servir a sua estratégia anti-popular. Eles justificam a sua unidade como resultado da observação da realidade objectiva. Mas na verdade o que eles fazem é trabalhar para essa unidade. Representando os interesses de certas camadas da burguesia descontente com o actual governo — interes- sada na omissão da luta de classes, e em colocar o fundo da luta an- ti-fascista em termos de "humanismo" burguês — o SEEPE defende a uni- dade entre a burguesia e os trabalhadores numa aliança em que a direc- ção pertence à burguesia e cujo programa (reformista) serve a burgue- sia. E para mais uma vez nos tentar iludir, Eurico de Figueiredo, ten- tando deitar água sobre a fervura, afirma no seu relatório: "O SEEPE de maneira nenhuma substitui a acção militante dos estudantes anti- -fascistas no estrangeiro". Não é má a sua lógica. Pretende colocar o movimento de estudantes no estrangeiro ao serviço da burguesia libe- ral, (pretendendo também com a fachada arrastar os estudantes do inte- rior), dando licença no entanto que se façam uns biscates por fora... Mais ainda, para se mostrar homem "de esquerda", inventa uma hipoté- tica linha de direita, que combate ferozmente.

E esta unidade azul de capa cor-de-rosa que o SEEPE nos propõe. Não a aceitarmos dar-lhes-á razão para nos acusarem de desunitários? Nós, a esta pergunta respondemos com outra: - Quem nos dividirá senão os que enfileiram conscientemente pela via injusta? Defender o povo facilita a divisão? Então mil vezes a divisão!

2-OS ESTUDANTES PORTUGUESES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL INTERNACIONAL

2.0 - UIE, ZSP, SEEPE — MÃE E FILHAS DA MESMA RAÇA

O SEEPE é membro com Estatuto Consultivo da União Internacional de Estudantes (UIE). O Estatuto Consultivo não implica a aceitação da Constituição da UIE, iríamos dizer nem tão pouco a sua política exterior. Mas o que nós sabemos é que, apesar destes "frágeis" laços orgânicos, a UIE, a ZSP (Associação dos Estudantes Polacos — membro da UIE) e o SEEPE, andam de mãos dadas e seguem na mesma linha. A prova é o apoio conseguido pelo SEEPE para as suas realizações, nomeadamente o avultado subsídio para a realização do 2.º Encontro. Presume-se que a UIE, a ZSP e outras organizações não iriam subsidiar realizações que não lhes interessassem. Mas a prova evidente está em que todas elas tomam posições políticas idênticas. E, se o SEEPE não compartilha das posições da UIE, que o declare publicamente e claramente. Se o SEEPE não concorda com as "omissões" da sua amiga UIE, que as ponha na mesa.

2.1 - O APOIO À LUTA DO POVO VIETNAMIANO: nós também combatemos os traidores

A UIE e o SEEPE apresentam-se-nos como grandes defensores do povo vietnamita. Vejamos, no entanto, quais as suas posições sobre o que a seguir enumeramos:

Em Janeiro de 1965, os imperialistas norte-americanos pediram ao governo soviético que usasse a sua influência junto do governo da República Democrática do Vietnã para que esta aceitasse a cessação do auxílio à F.L.N., principalmente a cessação imediato fornecimento de peças de artilharia. O governo soviético executou docilmente a ordem recebida.

Em Fevereiro de 1965 Kossiguine tenta ajudar os imperialistas a desenvencilharem-se da guerra que os conduz à derrota. Com efeito, em conversações que teve com dirigentes chineses em Pequim, quando se dirigia ao Vietnã, Kossiguine insistiu sobre a necessidade de auxiliar os Estados Unidos a "encontrarem uma porta de saída na questão do Vietnã".

Em Fevereiro de 1965, ou seja no dia seguinte ao do regresso de Kossiguine a Moscovo, o governo soviético propunha oficialmente à República Democrática do Vietnã e à República Popular da China, a con-

vocação, sem condições prévias, de uma nova conferência internacional sobre a Indochina.

Em 23 de Fevereiro de 1965, sem considerar a oposição da República Democrática do Vietnam àquela proposição, o governo soviético entabulou conversações com De Gaulle acerca da convocação da referida conferência.

O governo da R.D.V. opôs-se categoricamente a essas fraudulentas "discussões incondicionais" de Johnson. Então Kossiguine deu a entender publicamente que as negociações poderiam ter lugar se os EE UU deixassem de bombardear o Norte do Vietnam. Depois, o governo soviético fez saber inequivocamente, por comunicações, que era pela negociação com os Estados Unidos, desde que estes pusessem termo ao bombardeamento do Norte do Vietnam. O governo soviético declarou ainda que se esforçava por encontrar as vias e os meios que permitissem a resolução negociada do problema vietnamita.

Algum tempo depois ele recorria efectivamente à condição da "suspensão dos bombardeamentos".

Todas estas actividades do governo soviético vão contra a posição da R.D.V. e da F.N.L., que põem como condições prévias para as negociações os 4 pontos da R.D.V. e os 5 pontos da F.N.L.:

... "O governo dos Estados Unidos deve retirar do Vietnam do Sul as suas tropas, pessoal militar, armamentos e munições, material de guerra de toda a espécie, desmantelar todas as bases militares yanques no sul, anular a sua 'aliança militar' com a administração do Sul e pôr fim à sua politica de intervenção e agressão ao Vietnam do Sul. De acordo com os Acordes de Genève, o governo norte-americano deve pôr fim às suas actividades belicistas contra o Vietnam do Norte e suspender completamente todas as violações do território e da soberania da República Democrática do Vietnam". (Do ponto 1 dos 4 pontos da R.D.V.)

... "Actualmente, toda a negociação com os imperialistas dos Estados Unidos é absolutamente inútil se eles recusam retirar todas as tropas do Vietnam do Sul"... (Do ponto 2 dos 5 pontos da F.N.L.)

"Unir todo o povo, armá-lo, continuar a avançar heróicamente e a vencer os agressores norte-americanos e os traidores vietnamitas!" (Ponto 5 da F.N.L.).

Que dirão o SEEPE e a UIE nos seus programas de luta anti-imperialista sobre o facto da URSS estar a empurrar o povo vietnamita para a mesa das negociações contra sua vontade?

Depois de um mês de "negociações" entre a URSS e a RDV, foi concluído um acordo comercial em meados de Setembro de 1967. Se os números fornecidos pela imprensa são exactos, o montante da ajuda prometida seria da mesma ordem da de 1965, quando nós sabemos que a guerra assumiu novas proporções. Por outro lado, essa ajuda era "destinada a aumentar a capacidade defensiva do Vietnam do Norte", quando o povo do Vietnam, nesta fase da luta, tem sobretudo necessidade de armas ofensivas.

Porém, na mesma altura, realizava-se "com sucesso" em Moscovo um encontro com uma delegação militar conduzida por Muljadi, comandante das forças armadas do governo fascista da Indonésia. Resultado: 115 aviões a jacto e 29 navios de guerra para a Indonésia. Que dirá o SEEPE e a UIE da ajuda soviética ao povo vietnamita? Que dirá do facto da ajuda concedida a regimes fascistas, como o indonésia e o indiano, ultrapassarem largamente a ajuda ao heróico povo do Vietnam? Sobre isto a UIE e o SEEPE saberão guardar o seu cúmplice silêncio, apesar das declarações "violentas" que fazem frequentemente. Mas por vezes foge-lhes a boca para a verdade. O "boletim de informação" de Janeiro de 1967 da UIE, noticiando uma manifestação na Jugoeslavia, entre outros parecidos, publica um texto de pancarta dessa manifestação: "Fazei prova de bom senso, Johnson". Seria menor a hipocrisia se dissessem antes "Trabalhai mais inteligentemente, Johnson!"

2.2 - O APOIO À LUTA DOS POVOS ÁRABES: nós também combatemos os colaboradores

O imperialismo americano e Israel — sua ponta de lança no norte de África —, em colaboração com as restantes "grandes potências" montam uma farça em 2 actos: No 1º acto, Israel agrediu os povos árabes, ocupou-lhes grandes extensões dos seus territórios. No 2º acto da farsa, os "4 grandes", através do seu aparelho internacional — as Nações Unidas —, com o fim supremo de "salvaguardar a paz mundial", impõe o cessar fogo, as negociações... favoráveis a Israel.

Em 5 de Junho de 1967, Israel, com a participação das forças aéreas americanas e britânicas, desencadeia a guerra de agressão aos povos árabes.

Em 7 de Junho, o delegado soviético nas Nações Unidas apresenta ao Conselho de Segurança um projecto de resolução "pedindo aos governos em guerra o cessar-fogo e todas as actividades militares".

Em 8 de Junho, o 1º ministro canadiano, que tinha tido um encontro privado com Johnson antes da agressão de Israel, apresentou um "plano em 6 pontos", propondo que a questão do Médio Oriente deve ser resolvida pelas Nações Unidas e que "a responsabilidade principal" cabe às "grandes potências" — Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e França. Esse plano pede aos países árabes o seguinte: garantir a segurança de toda a navegação israelita no golfo de Akaba e o direito de navegação no canal do Suez para Israel; confiar às Nações Unidas a solução do problema dos refugiados árabes deslocados por Israel; autorizar o estacionamento numa importante "força das Nações Unidas" nos territórios dos países árabes.

Em 9 de Junho, a União Soviética e os Estados Unidos fazem diligências no Conselho de Segurança para que este emita uma resolução pedindo à Síria e a Israel o cessar-fogo imediato. Seguidamente, sob proposta do delegado soviético Fedorenko, o Conselho de Segurança aprova uma moção pedindo aos países do médio oriente interessados, de "dar a maior cooperação possível aos observadores da ONU e de lhes permitir toda a liberdade de movimentos".

Em 11 de Junho, o ministro israelita da defesa exige a ocupação de toda a cidade de Jerusalém, do sector de Gasa e da parte ocidental da Jordânia, e o direito de passagem através do canal do Suez e do estreito de Tirão. No caso dos países árabes regeitarem, afirma, "ficaremos onde estamos".

Em 4 de Julho, realiza-se a sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU. O ministro da defesa israelita, fora da sala de conferência, afirma que Israel tem a intenção de anexar a zona de Gasa e a margem ocidental do Jordão, que ocupava já.

Em 5 de Julho, os EE. UU. declaram: "Cremos que o Conselho de Segurança é o melhor lugar para resolver este problema". A Assembleia está de acordo, e a sorte dos países árabes deve ser decidida pelos EE. UU. e URSS.

Hoje sabemos que a "ajuda" soviética aos povos árabes do Médio Oriente permitiu aos dirigentes de Moscovo impor-lhes o cessar fogo exigido pelos americanos no Conselho de Segurança, pela simples ameaça de interromper o fornecimento de munições e de peças para o material cedido anteriormente.

Vejamos agora alguns factos que entretanto se passam na Europa,

precisamente naquela parte onde, no dizer da UIE, os estudantes teriam todas as liberdades para lutar contra o imperialismo.

Em 6 de Junho, os estudantes árabes em Moscovo decidiram manifestar-se diante da embaixada da Grã-Bretanha, para protestarem contra a agressão lançada pelo imperialismo americano e britânico através de Israel. As autoridades soviéticas proibiram a manifestação e, a partir de 7 de Junho, tomam medidas para proteger as embaixadas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

Em 9 de Junho, apesar da proibição dos dirigentes soviéticos, manifestam-se em Moscovo estudantes árabes, vietnamitas, cubanos e doutros países da Ásia, África e América Latina. Empunhando cartazes e slogans anti-imperialistas, marcham em direcção às embaixadas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Deparam então com 5000 soldados e polícias em volta da embaixada dos EE UU e mais de 160 carrinhas militares e carros de água que estavam parados nas proximidades. Carros celulares estavam colocados em todas as ruas de acesso à embaixada e as ruas contíguas estavam cheias de soldados e polícias. A entrada da embaixada dos EE UU estava guardada por cerrados cordões de polícias e por 10 carros de água. Em frente deles, um outro espesso cordão de polícia, a 20 ou 30 metros da embaixada, constituia uma 2ª linha. Ainda umas 3ª e 4ª linhas formadas respectivamente por 60 a 70 camions militares e perto de 1000 cadetes. Os estudantes gritaram slogans anti-imperialistas, tentaram várias vezes forçar os cordões de polícia e atiraram garrafas de tinta sobre os camions militares e polícias.

Em Sófia, dia 6 de Junho, embora um pouco atrasado, idêntico "apoio" governamental aos países árabes. Estudantes árabes e africanos manifestaram-se diante da embaixada dos Estados Unidos, destruíram e incendiaram várias viaturas americanas estacionadas, entre as quais a do embaixador americano. Os dirigentes búlgaros enviaram a polícia e o exército para proteger o embaixador. Estava previsto um meeting na praça da Assembleia Nacional, no centro de Sófia, mas foi proibido e impedido por soldados, polícias e forças de cavalaria, colocadas em volta da praça.

No mesmo dia, em Belgrado, o "apoio" aos países árabes concedido pelas autoridades jugoeslavas foi ainda mais longe: Uma manifestação anti-americana em frente da sala de leitura dos serviços de informação americanos (USIS), foi brutalmente reprimida. Muitos estudantes foram agredidos, dentro os quais 5 árabes gravemente feridos.

Sobre estes graves acontecimentos esperamos (?...) que sejam marcadas posições por parte da UIE, do Conselho de Estudantes da URSS, do Conselho Nacional dos Estudantes da Bulgária, pela União dos Estudantes da Jugoeslavia, e, certamente também por parte do SDEPE.

Nós, pelo que nos diz respeito, expressamos claramente o nosso total apoio aos povos árabes em luta contra o imperialismo americano e britânico, e condenamos os seus directos colaboradores, em 1º lugar a União Soviética que, quer no Conselho de Segurança, quer através do corte de munições, participou na imposição do cessar fogo aos países árabes, obrigando-os a aceitar a capitulação pura e simples e a ocupação de vastos territórios árabes por Israel. Expressamos o nosso apoio e solidariedade para com os estudantes árabes vítimas dos dirigentes soviéticos, búlgaros e Jugoeslavos. Condenamos o silêncio cúmplice sobre estes factos das organizações ligadas à UIE atrás mencionadas, assim como todas as declarações "anti-imperialistas" que não denunciem simultaneamente os colaboradores do imperialismo.

2.3 - A LUTA ANTI-IMPERIALISTA: nós também combatemos os sabotadores

Tanto a UIE como o SEEPE participam em coro na sua luta anti-imperialista. Assim, quem os ouve, depara com moções e mais moções, condenações, protestos, etc., contra o imperialismo norte-americano que "põe em perigo a paz mundial". Contudo, em vez de apoiarem a luta anti-imperialista, eles estão a colaborar no coro dos seus sabotadores e traidores, participando assim na colaboração com o imperialismo.

Senão, vejamos o silêncio cúmplice sobre as posições dos governos da Europa de Leste, mais ainda, a exactidão entre as posições políticas desses governos e as da UIE e do SEEPE. E como se isto ainda não chegasse, observamos o silêncio da UIE e SEEPE sobre a ajuda da URSS a regimes reaccionários e imperialistas. Tal é o caso da ajuda económica a regimes pró-norte-americanos da América do Sul, continente em que os revolucionários fazem grandes esforços neste momento para escorraçar o imperialismo yanque pela força das armas. Contudo, a URSS ajuda esses regimes fantoches a dominarem os povos latino-americanos — e a UIE e o SEEPE fazem silêncio...

Outro facto que, se dantes nos poderia parecer estranho e hoje já não, é a ajuda militar da URSS ao regime reaccionário de Nova Delhi na opressão ao povo indiano e aos povos vizinhos. A uma ajuda americana de 1280 milhões de dólares em armamento, a URSS adicionou submarinos, patrulhas e vedetas lança-torpedos, assim como a preparação de marinheiros indianos nas bases da Crimeia e do Mar Negro. Alguns países da Europa Oriental adicionaram ainda a esta ajuda, 400 tanques T-54 e T-55. Não há dúvida que não é má colecta entre os amigos. Que diz a UIE e o SEEPE sobre isto no seu programa de luta "anti-imperialista", pela "paz" e pela "democracia"? Silêncio de cúmplices!

2.4 - A LUTA CONTRA O COLONIALISMO E O NEO-COLONIALISMO: nós combatemos também os colonialistas simulados

Também neste ponto não nos interessa que se façam condenações mais ou menos violentas contra o colonialismo, ocultando quer os que com ele colaboram, quer alguns mesmo que o praticam.

É assim que não aceitamos como verdadeira luta anti-colonialista, por exemplo, a colaboração com o neo-colonialismo no Conselho de Segurança da ONU para forças militares desta organização intervirem a abafar a luta dos povos coloniais. É assim que não aceitamos como verdadeira luta anti-colonialista a ocultação de tais factos por parte da UIE e agredas. Patrice Lumumba está-nos na memória.

Vejamos agora um escandaloso caso de neo-colonialismo, sobre o qual essas entidades ditas "anti-colonialistas e neo-colonialistas" saberão guardar um discreto silêncio...

Recentemente, três grupos de estudo locais, publicaram em conjunto um importante documento sobre a economia da Mongólia e as suas relações comerciais com a URSS. Transcrevemos alguns dos mais importantes extractos desse estudo:

«Sob a égide da "Divisão Internacional do Trabalho" e da "Cooperação Económica" os revisionistas soviéticos, através das suas "ajudas" empréstimos e empresas económicas conjuntas, têm controlado estritamente a economia nacional e o comércio exterior da Mongólia, transformando este país numa base de fornecimento de matérias primas aos re-

visionistas soviéticos, um mercado para as suas mercadorias e um ponto de aplicação para os seus capitais.

A "ajuda" e os "empréstimos em condições favoráveis" que os revisionistas soviéticos concedem à Mongólia são na sua essência capital exportado para a Mongólia a uma taxa de interesses tão elevada que o povo mongol não podera jamais pagá-los.

Segundo os números oficiais, entre 1958 e 1966, a Mongólia obteve da União Soviética empréstimos no total de 6 biliões de antigos rublos, o que faz uma média de 5500 antigos rublos por cada cidadão mongol. Com efeito, a Mongólia é o país que se endivida mais no mundo.

Calculados sobre a base do preço de exportação de gado para a URSS durante o plano trienal (1958-1960), as dívidas contraídas pela Mongólia aos revisionistas soviéticos representa mais de dez vezes o preço da riqueza pecuária do país. Quer dizer, se a Mongólia vendesse à União Soviética todo o gado, não chegaria a pagar-lhe todas as dívidas.

Por intermédio dos empréstimos, os revisionistas soviéticos transformaram toda a Mongólia num parque de carneiros em que os trabalhadores mongóis são pastores por conta da União Soviética.

Embora os revisionistas soviéticos se esforcem por explorar habilmente a Mongólia pelo "comércio", eles próprios e a clique dirigente Tsedenbal não se cansam de fazer o elogio do comércio mongol-soviético, apresentando-o como sendo feito na base da "igualdade e vantagem recíproca" e como uma "troca de valores iguais".

Vejamos agora como é este género de "troca de valores iguais" no comércio mongol-soviético. A Mongólia importa um pneu da União Soviética por troca de 40 carneiros, um metro de tecido de lã por 50 kg de lã, uma bicicleta por 4 cavalos, 1 rádio por 26 carneiros, 2 latas de conserva por um carneiro e um brinquedo por um carneiro. Tal é a "troca de valores iguais" entre a Mongólia e a União Soviética. Tal é "solicitude paternal" do Kremlin para a Mongólia, da qual o grupo revisionista mongol tem infatigavelmente feito publicidade.

Como resposta a esta "solicitude paternal", os revisionistas mongóis fornecem generosamente às fábricas da União Soviética gado vivo proveniente das pastagens mongóis, à cadência de 15 000 cabeças por dia, ou seja, 450 000 por mês, 5 500 000 cabeças por ano. Para satisfazer o apetite insaciável dos mestres soviéticos, os revisionistas mongóis quase que exportam as ovelhas acompanhadas dos seus cordeiros.

Há um século, Karl Marx escreveu no seu artigo "A dominação britânica na Índia" que, embora a Índia seja o país natal do Algodão, os colonialistas britânicos (têm "pouco a pouco") inundado este país natal do algodão de algodão (britânico)". Hoje esta tragédia repete-se na Mongólia. Não se vê, com efeito, que os produtos animais soviéticos inundam este país de criação por excelência? Tomemos 1963 por exemplo: Pelos números, evidentemente minimizados, publicados pelos meios oficiais mongóis e soviéticos, o governo mongol comprou (às pastagens) bois e carneiros por um valor total em peso de 114 000 toneladas, dentre as quais 88 100 toneladas, ou seja, 80%, foram exportadas para a União Soviética. No mesmo ano, comprou 117 000 cavalos, dos quais 83 700, ou seja, 71%, foram exportados para a União Soviética. Assim, cavalos, carneiros e bois mongóis são transformados em sapatos, roupas de lã, conservas de carne, leite em pó, todos portando a marca soviética, para serem

em seguida reexpedidos para a Mongólia, à taxa de troca de um par de sapatos por um cavalo e de duas latas de conserva de carne de carneiro por um carneiro. O gado mongol diminui rapidamente, enquanto a dívida para com a União Soviética cresce como uma bola de neve. Isto, a que os revisionistas soviéticos chamam "ajuda desinteressada", não é senão vampirismo. Isto não é "solicitude paternal", mas sim a lei da selva pura e simples do mundo capitalista que reina magistralmente.

A clique revisionista soviética proclamou igualmente que a "amizade soviética-mongol" trouxe o "desenvolvimento e prosperidade" à Mongólia. Que parlapatice! Na indústria, por exemplo, a Mongólia não possui a sua própria indústria de construção de máquinas, nem mesmo um atelier de reparação ou uma fábrica de montagem decente. Ela depende da União Soviética mesmo nas peças de substituição e acessórios secundários.

As fábricas e minas existentes foram previstas para produzir artigos brutos ou semi-manufacturados, destinados a serem exportados para a União Soviética. Antes da entrada em funcionamento, em 1960, da nova fiação de lã construída com a ajuda da China, a Mongólia nunca tinha produzido nem um centímetro de pano.

No caso da criação, sector decisivo da economia mongol, as 24 470 000 cabeças de gado de 1956 não são senão, 10 anos depois, menos de 23 000 000, segundo as estatísticas oficiais, e o número real é ainda inferior. Haverá o menor sinal de "desenvolvimento e prosperidade" neste sector vital da economia? »

Embora não tão detalhadamente, com outros exemplos poderíamos ilustrar o neo-colonialismo dos actuais dirigentes da União Soviética, desde a tentativa de imposição da monocultura a outros países, até à sabotagem da sua exploração petrolífera.

Claro que a UIE não tomou nem tomará (pelo menos tão brevemente) uma verdadeira posição anti-colonialista, condenando essa pauperização dos povos "ajudados" pela URSS. Isso seria desobedecer aos patrões. Quanto ao SEEPE, esperamos que se manifeste. Nós, pelo nosso lado, condenamos o colonialismo e o neo-colonialismo, incluindo o mais simulado — o neo-colonialismo soviético — e expressamos o nosso total apoio aos povos da Ásia, África e América Latina, vítimas da "ajuda" soviética.

2.5 - O APOIO AOS POVOS DAS COLONIAS PORTUGUESAS: nós também condenamos o colonialismo "honesto"

Como vimos anteriormente, o SEEPE é fiel seguidor duma luta estudantil em torno dos interesses das classes exploradoras portuguesas. Apesar da violência das frases anti-colonialistas que figuram por essas resmas de moções a condenar isto e aquilo, e a apoiar aquele outro, a UIE e neste caso mais particularmente o SEEPE — como organismo português a pronunciar-se sobre o colonialismo português — enveredam pelo "anti"-colonialismo que não engana ninguém.

Com efeito, SEEPE & FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional), de mãos dadas nos princípios, como foi invocado no 2.º Encontro pelo seu presidente cessante, atiram para o governo do "ditador Salazar" para o "fascismo", todas as máculas do colonialismo. Os velhos republicanos, os democratas "honestos", isso nunca! Contudo, os documentos, os numeros e a História, que não a dos imperialistas, dizem o con-

«Desde que, no fim do séc. XIX, a burguesia obteve, como servidora e cúmplice do imperialismo inglês, uma presa colonial riquíssima em África, a exploração colonial passou a ter um papel determinante na evolução da nossa sociedade. Recordaremos só alguns factos que o comprovam.

Após o terreno ter sido "limpo" pelas ferozes campanhas de "pacificação" conduzidas por Mouzinho, Antonio Enes e Paiva Couceiro contra a resistência dos africanos, começam a instalar-se em Angola, S. Tomé e Moçambique, grupos de roceiros e comerciantes que prosperam à custa da exploração árdua dos trabalhadores nativos. Em 1900 há já 20 mil ocupantes portugueses em Angola e entram no país 33 mil toneladas de géneros coloniais (cacau, berracha, café), que são em grande parte reexportadas. Moçambique é retalhado pelas companhias inglesas (Comp. Moçambique, Comp. Zambézia, Comp. do Niassa), abre-se às sociedades açucareiras, torna-se uma reserva de trabalhadores escravos para as minas do Rand (1909), o que alarga as oportunidades à fixação de colonos. Na costa ocidental fundam-se grandes companhias agrícolas (Comp. Agrícola do Cazengo, Comp. de Moçâmedes, Comp. Ilha do Príncipe) e os ingleses abrem o caminho de ferro de Benguela. Nas roças de cacau de S. Tomé, sob um regime de trabalho mortífero que provoca protestos internacionais, acumulam-se grandes fortunas.

A exploração colonial foi, com a emigração para o Brasil, o alicerce da prosperidade comercial e industrial a partir de 1890 e do revigoreamento da burguesia, que até aí não tinha mercado para se desenvolver (1). Ela está na base das transformações sociais e políticas que levaram à instauração da República.

Compreende-se por isso que a burguesia republicana, engordada no suor e no sangue dos trabalhadores coloniais, tenha lançado o país na primeira guerra mundial imperialista, para que os ingleses lhe reconhecessem o direito de continuar a devorar tranquilamente a sua presa colonial. Esse crime cometido contra o povo português em nome da defesa da República (quase 23 mil mortos e estropeados nos campos de batalha em França e Africa) (2) —crime contra o qual há 40 anos não se eleva uma voz — foi também um crime contra os povos de Angola, Moçambique e Guiné, que sofreram novas campanhas de repressão feroz por parte das tropas portuguesas, sob a direcção superior de Norton de Matos.

Terminada a matança imperialista, que custou terríveis sacrifícios ao povo, a burguesia lançou-se com novo apetite à tarefa de roubar as matérias primas coloniais para as revender ao estrangeiro a baixo preço ou para as laborar na indústria nacional. A exploração colonial conhece nova expansão. Entre 1916 e 1920 começam a fixar-se centenas de colonos nos cafézais de Angola. A CUF funda a sua empresa de navegação e lança-se na exploração das oleginosas da Guiné (1918-1920). A Diamang, constituída em 1917 como filial da Anglo-American Diamond Corporation, obtém o exclusivo de pesquisa e extração em 1921. O alto comissário de Moçambique, Brito Camacho, garante à grande sociedade açucareira inglesa Sena Sugar Estates, facilidades especiais para o recrutamento de trabalhadores indígenas (1921). Funda-se o poderoso Banco de Angola (1926). Sousa Macha do funda a Companhia Mineira do Lobito, depois de ter acumulado uma fortuna em tráficos sombrios. Proibe-se o fabrico de bebidas alco-

(1) - Bento Carqueja, "O capitalismo moderno em Portugal", 1908

(2) - Norton de Matos, "Historia da Expansão Portuguesa", vol. III
- "A grande Guerra".

ólicas pelos indígenas, para abrir o mercado colonial às exportações de vinho. O regime da descentralização administrativa e dos altos comissários, instituído pela República, vem dar nova amplitude à rapina colonial, acerca da qual se travam no parlamento sujos debates e querelas (como a que se travou em 1922 entre Cunha Leal e Norton de Matos).

A importância que ganhara a exploração está documentada neste balanço, dado em 1916: "Quase toda a indústria fabril da Metrópole vive exclusivamente dos mercados das nossas colónias, assegurados pelo artifício do proteccionismo pautal. A sombra desse regime, empenharam-se imensos capitais; deslocaram-se dos campos milhares de braços que constituíram uma numerosíssima classe operária; estabeleceu-se a permuta com os produtos coloniais que por seu turno são reexportados dos portos do Continente para o estrangeiro; constituíram-se empresas nacionais de navegação; em resumo, senão toda, uma grande parte da actividade da Nação passou a ser exercida nesse intercâmbio". (3)

Esta exploração frenética dos povos coloniais, levada a cabo sob palavras de ordem republicanas e democráticas, contribuiu de forma decisiva para a formação do primeiro núcleo da grande burguesia nacional (roceiros, comerciantes, latifundiários, industriais), que em 1926 lançou as bases do Estado fascista. A ferocidade do colonialismo fascista, que teve no Acto Colonial de 1933 a sua lei básica, não é mais do que a entrada do colonialismo português numa etapa superior, que viera sendo preparada através da monarquia e da República.

Aqueles que argumentam que atacar o colonialismo republicano é favorecer a propaganda fascista, respondemos que ocultar o passado do colonialismo português é ocultar a sua própria natureza e incapacitarmo-nos para um combate decisivo contra ele.»
(Texto extraído do artigo "Combater o chauvinismo imperialista é a base duma efectiva solidariedade aos povos das colónias" - in Revolução Popular de Dezembro de 1965.)

Não é por acaso, por capricho ou por esquecimento que esses "democratas honestos" condenam o colonialismo salazarista, omitindo totalmente os crimes de que foram vítimas os povos coloniais antes de 1926. A razão são os interesses de classe burguesa da camada média e pequena, classes que continuam bem vivas, com interesses bem distintos dos das classes populares, e bem representados na F.P.L.N.E. Assim que no boletim "24 de Março", saído em Setembro de 65, apesar de ser apontada como neo-colonialista a política da Acção Democrato-Social, não deixa de empurrar para o terror "fascista, o terror do exército de ocupação e dos voluntários" de hoje, claro, com todas as responsabilidades do colonialismo português.

Nós condenamos o colonialismo português — a nossa "miopia" não nos permite distinguir onde acaba o monárquico e começa o "democrático" onde acaba o "democrático" e começa o fascista. Sabemos sim, que o colonialismo português, em quaisquer época e classe dominante em Portugal, ele sempre rapinou o mais que pode, sempre chacinou e oprimiu o que para tal lhe foi preciso. Condenamos ainda os falsificadores da História, sejam eles monárquicos, fascistas, "democratas honestos", ou "patriotas", assim como os seus colaboradores que os encobrem e lhes dão as mãos. Caso isso não lhe prejudique a sua "Unidade", "anti-fascista, anti-imperialista e anti-colonialista", também neste ponto gostaríamos de ouvir o SDEPE.

(3) - Roque da Costa, "Questões económicas, sociais e coloniais", pag. 454

2.6 - SOBRE O IMPERIALISMO CULTURAL: nós também condenamos os li-
vres importadores

O imperialismo cultural é certamente portador da cultura do imperialismo, que é dizer das ideias que pretendem justificá-lo, ao mesmo tempo que a exploração de classe. Nesta medida, em princípio, estaríamos de acordo com a UIE quando esta se manifesta contra a "penetração imperialista na educação e na cultura". Mas como sempre, este palavrado destina-se apenas a iludir o parceiro. Senão, vê-la-íamos manifestar-se também contra manifestações culturais que tivemos ocasião de presenciar na Checoslováquia e Polónia. Não é preciso fazer-se grande esforço para "descobrir" essa cultura. Basta dirigirmo-nos a um quiosque ou a uma livraria em Praga, e lá a encontraremos abundantemente.

Dos livros, há um que nos desperta especialmente a atenção em Praga: "Meu nome é Eusébio", autobiografia do avançado do "glorioso" Benfca, uma das peças da alienação e da propaganda fascista. Essa obra "cultural", segundo a tradução da embaixada da Checoslováquia em Bruxelas, começa assim: "Nasci num bairro indígena da mais bela cidade da Africa Oriental Portuguesa (...)(sublinhado nosso)

Enfim, é a coexistência cultural... Quanto às revistas, é difícil distinguí-las das editadas em Lisboa ou Paris: extravagâncias, erotismo, sofisticação, alienação, eis o que propõem à juventude checa as revistas "Mundo do socialismo", "A nossa moda", "Mulher + moda", que não foram escolhidas a dedo e cujos exemplares de Julho estão à disposição para consulta.

Quanto à música, será difícil encontrar lá o Rock, Twist ou Yé-Yé? Não, os discos são cerca de 6 vezes mais baratos que em Portugal. Também temos um como documento, em que estão gravadas as "obras". Filmes americanos é que não nos foi possível trazer, embora os houvesse.

Em Varsóvia, além de tudo isto, podemos admirar a literatura policial do herói yanque, para as crianças as estrelas de xerife "made in USA", vendidas por diminuídos físicos na via pública, etc., etc. Na Polónia, tal como na Checoslováquia, as "educativas" apostas desportivas. É esta a Polónia que nos foi apresentada como mimo pelo guia da Associação dos Estudantes Polacos em Varsóvia. Segundo o que nos contou, depois do "período stalinista", houve progressos na vida polaca em geral. Na arquitectura também houve um "essor", explicou-nos ele, em frente do Palácio da Cultura, construído no "período stalinista". "Dantes — referia-se agora a blocos de habitação — faziam-se 'palácios' para recompensar os operários — subentende-se que eram explorados e tinham na habitação a porca recompensa — no estilo do 'gótico stalinista' (!) E depois desta gracinha, concluiu: "Quando Gomulka tomou o poder, tudo mudou". Ora aqui esta uma verdade que ninguém se atreve a contestar.

Imperialismo cultural... cultura do imperialismo... esperamos também que a UIE e o SDEPE se manifestem sobre a cultura livremente importada para esses países e o que lá é proposto como modelo à juventude; evidentemente se não ficaram emudecidos com "Teddy Horn and his sexy-girl" ou com as pernas de Judith Laszlo — Lucerna Bar, 36, Vodickova, Praga.

Observemos agora o conceito burguês de cultura que a UIE manifesta em "Esta é a UIE". Na pag. 45 da edição espanhola diz: "Durante o 'Ano da Educação' em Cuba a UIE e a FEU de Cuba, organizaram em conjunto um seminário em Havana sobre o analfabetismo. Os participantes no seminário, procedentes de 40 países, chegaram à conclusão de que o analfabetismo depende da estrutura sócio-económica da sociedade e que

o colonialismo e o imperialismo, que impedem a industrialização e o desenvolvimento cultural e educacional das nações oprimidas, é o principal responsável da existência de centos de milhões de analfabetos na Ásia, África e América Latina". (sublinhado nosso). Ora aqui temos um exemplo típico dum palavreado pseudo-progressista, usado nas publicações da UIE. Com efeito, nós sabemos que o imperialismo na Ásia, África e América Latina, por estar fundamentalmente interessado na rapina das riquezas do subsolo e na exploração agrícola dessas regiões, enviando os seus "especialistas", chega-lhe a força de trabalho fornecida pelos braços dos povos desses continentes. O imperialismo, que chega com a tecnologia e "civilização ocidental", com os "desbravadores de continentes", não precisa, pelo menos nesta fase, de formar quadros para o seu esquema de exploração colonialista. Os analfabetos, que saem mais baratos e não correm o risco de serem contaminados pela literatura "subversiva", têm absolutamente capacidade para manobrar a enxada e a picareta, ou para descender ao fundo de uma mina nas piores condições de segurança e higiene. Por isso nós concordamos que o imperialismo impede a alfabetização, assim como impede a industrialização, assim como, no fim de contas impede o desenvolvimento cultural dos povos. Mas, e aqui começamos a divergir claramente da UIE, o que deixamos bem claro (por causa das confusões), é que a cultura tem um carácter de classe, é que o imperialismo, mesmo que industrializasse ou alfabetizasse, continuaria a opor-se à cultura das classes trabalhadoras, é que os povos submetidos ao imperialismo, mesmo os industrializados e os alfabetizados, estão submetidos à cultura do imperialismo, cultura essa também ao serviço das classes nacionais co-exploradoras dos trabalhadores. Nós não fazemos concluir, pois, como no folheto da UIE, que a mola real esta na "estrutura sócio-económica da sociedade" e no facto do colonialismo e o imperialismo "impedirem a industrialização". Ora como sabemos, as "estruturas sócio-económicas" dos povos colonizados da Ásia, África e América Latina são atrasadas. Perguntamos pois se chegará dizer que devem ser adiantadas, que é preciso industrializar, mais, dando relevo à industrialização. Não será isto defender a capitalização? Não será isto defender transformar-se os povos dos três continentes em "cultos" e letrados enquanto explorados pela mais-valia? Nós respondemos que sim, pois verificamos que a cultura que a UIE defende ou pelo menos tolera e sobre a natureza da qual nos poderiam ter surgido dúvidas no seu folheto, é igualzinha, sem tirar nem pôr, à cultura dos países "adiantados" da Europa ocidental, essa cultura que constatamos por exemplo na Polónia e na Checoslováquia.

Pretender que a mola real da cultura e educação está no desenvolvimento económico e industrial é puro economismo e negar o carácter de classe da cultura. Apesar de ser verdade que o desenvolvimento tecnológico e das forças produtivas facilita a divulgação da cultura, ela não perde o seu carácter de classe; apesar de ser verdade que a industrialização promove uma nova cultura, ela não deixa de estar marcada pelas relações de produção. A quem pertence o poder político? — Se pertence às classes trabalhadoras, a educação e a cultura não só chegará a elas, como corresponderá aos seus interesses de classe. Se é a burguesia a detentora do poder, a educação estender-se-á de acordo com as necessidades da sua indústria e da sua máquina de estado e, tal como a cultura difundida, visa formar tecnocratas e corresponderá sempre aos interesses da burguesia, dentre os quais manter as relações de produção capitalistas. Se isto assim não é, os povos dos Estados Unidos ou de França têm a cultura que lhes convém, de acordo com a óptica da UIE. Nós não lamentamos portanto que o imperialismo não industrialize nem alfabetize. Nós defendemos que o poder político seja conquistado pelas classes trabalhadoras da Ásia, África e América Latina. E só deste modo a cultura do imperialismo será expulsa destes três continentes.

2.7 - A LUTA PELA PAZ: nós propomos que ela se conquista pela guerra

A luta pela paz não está desligada da luta contra o imperialismo. Em "problemas económicos do socialismo na URSS", Staline afirma: "Para eliminar a inevitabilidade da guerra é preciso abolir o imperialismo". Lenine havia dito "Negar quaisquer possibilidades de guerras nacionais sobre o imperialismo é teóricamente incorrecto, absolutamente errado do ponto de vista histórico, e, na prática, equivale ao chauvinismo europeu". Escreveu também: "Uma classe oprimida, que se não esforça por aprender e servir-se das armas, merecerá simplesmente ser tratada como escrava". Publicado no órgão teórico do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, "Estudos", Hong Chuong afirma no artigo "Paz ou violência?": "O nosso Partido educava as massas mostrando-lhes que os imperialistas e os feudais utilizavam o ferro e o fogo, empregando a violência contra revolucionária para dominar o nosso povo; se o nosso povo não utiliza-se também a violência revolucionária, nunca poderia libertar-se". Outro passo, Hong Chuong afirma: "Revisionistas modernos e oportunistas de direita não cessam de propagandear teorias pacifistas, de falsificar e deformar os ensinamentos do marxismo-leninismo sobre o papel da violência na História."

Sobre as manobras de "paz" dos imperialistas, Lenine afirmou claramente que os governos imperialistas "de boca, são todos partidários da paz e da justiça. Mas na realidade realizam guerras de conquista e de rapina". Staline afirmou também que os imperialistas, ao falarem de paz, "visam um só fim: enganar as massas com frases sonoras sobre a paz para prepararem uma nova guerra". Acrescentou ainda: "Muitos crêem que o pacifismo imperialista é um instrumento de paz. Isto é absolutamente errado. O pacifismo imperialista é um instrumento de preparação de guerras e de disfarce dessa preparação com um hipotético palavreado de paz. Sem esse pacifismo, o respectivo instrumento — a Liga das Nações —, a preparação de guerras seria impossível nas actuais condições".

Sobre a coexistência pacífica, Lenine disse: "O imperialismo internacional (...) não podia (...) viver lado a lado com a República Soviética, tanto pela sua situação objectiva, como pelos interesses económicos da classe capitalista que ele incarna" (...) Disse também "É inconcebível que a República Soviética coexista com os estados capitalistas por longo tempo. Um ou outro triunfará, em última instância. Até que isso ocorra, será inevitável uma série de terríveis choques entre a República Soviética e os estados burgueses". Lenine afirmou ainda que a Liga das Nações "assim como toda a política do após-guerra da Entente" incrementa "em todas as partes a luta revolucionária, tanto do proletariado dos países desenvolvidos, como as massas trabalhadoras dos países coloniais e dependentes" e acelera "o desmoronamento das mesquinhas ilusões nacionais sobre a possibilidade da coexistência pacífica e da igualdade sob o capitalismo". Staline afirmou "Das duas uma: ou continuamos segundo a política revolucionária, reunindo estreitamente em torno da classe operária da URSS os proletários e os oprimidos de todos os países, e então o capital internacional porá todo o tipo de obstáculo ao nosso avanço", ou "renunciamos à nossa política revolucionária, fazemos várias concessões ao capital internacional e então ele possivelmente não se mostre adverso a "ajudar-nos" a converter o nosso país socialista numa 'boa' república burguesa". E acrescentou "A América do Norte exige que renunciemos, em princípio, à política de apoio ao movimento de libertação da classe operária de outros países, afirmando que tudo correria bem se fizéssemos essa concessão. (...) Valerá a pena fazer essa concessão?" (Staline, 1952).

No citado artigo "Paz ou violência", Hong Chuong afirma: "Há quem pense que a existência das armas nucleares é a característica do nos

so tempo. O aparecimento das armas nucleares teria modificado a estratégia e a tática da classe operaria mundial (...) Apesar da sua potência destruidora, as armas nucleares não podem modificar a lei do desenvolvimento da sociedade humana. As armas nucleares podem, é certo, modificar em parte a estratégia e a tática militares, mas não podem, em caso algum, transformar a estratégia e a tática revolucionárias da classe operária" (pag. 18 na 2ª edição portuguesa do C.M.-L.P. em "Es tudo do Marxismo" nº 5).

Mao Tsé-tung afirmou "Os povos e nações oprimidas não devem submeter-se, para se emanciparem, à 'sabedoria' do imperialismo e seus la caios. É somente reforçando a sua unidade e persistindo na luta que eles triunfarão. Disse também "Se o grupo dos monopólios capitalistas dos Estados Unidos se obstinam em realizar a sua política de agressão e guerra, chegará seguramente o dia em que os povos de todos os países do mundo os enforcarão. A mesma sorte os espera aos cúmplices dos Estados Unidos!"

Ora a UIE, como organismo à escala mundial dos estudantes anti-imperialistas, deveria ser precisamente um destacamento do movimento mundial anti-imperialista, deveria assumir uma posição de vanguarda no isolamento do imperialismo, deveria esforçar-se por mobilizar para uma posição militante os estudantes anti-imperialistas de todo o mundo. Mas o que será ela hoje, 1967? -- Nada mais do que um apêndice da máquina de propaganda da burguesia conciliadora, um porta-voz das teorias revisionistas da coexistência pacífica, uma organização de reformistas burgueses quer nos países em que os operários já estiveram no poder, quer nos países capitalistas confessos.

Assim, em vez de uma posição de combate anti-imperialista e de luta pela paz, apresenta um peganhento pacifismo que exagera os horrores da guerra, que nega a sua natureza histórica, e confunde o seu carácter de classe; em vez de uma posição de vigilância de classe, apresenta o ideal burguês de justiça "humana": "A UIE nasceu há 20 anos da luta contra os horrores da guerra e do fascismo e da luta para consolidar e assegurar as condições indispensáveis para um mundo justo" ("Esta é a UIE", pag. 13). Em vez de mostrarem claramente que a paz só é possível depois de vencido o imperialismo, alimentam falsas esperanças de paz com o capital: "Pois só num mundo onde todas as nações tenham encontrado a forma de viverem em paz, a promessa de um futuro seguro e feliz poderá converter-se em realidade para todos" (idem). Em vez de apontar aos estudantes os seus deveres revolucionários na frente anti-imperialista, em vez de acordá-los para a luta e neles infundir espírito de abnegação, acene-lhes, numa vil traição aos explorados de todo o mundo, com a bandeira cor de rosa dum mundo em que "Os estudantes possam realizar os seus sonhos de viver uma vida satisfatória e de ocupar os seus lugares numa sociedade dedicada ao incremento do bem-estar para toda a humanidade" (idem), isto é, tirando a película de verniz a este palavreado, dum mundo em que os estudantes pequeno-burgueses possam realizar os seus sonhos de privilegiados e de ocuparem os seus postos de dirigentes de burocratas numa sociedade estável. É isto que quer dizer "viver uma vida satisfatória", "ocupar os seus lugares", e "bem estar para toda a humanidade".

A UIE é pois um escoadoiro de propaganda ao serviço desta estratégia pequeno-burguesa. Vêmo-la difundir largamente as teorias de Kruchov, quer dizer de Kossiguine, ontem em colaboração com Kennedy, hoje com o seu digno sucessor Johnson. Outra coisa não defendem os seus dirigentes em "Esta é a UIE" senão a colaboração soviético-americana, seguindo estreitamente os ensinamentos do seu mestre Kruchov, que afirmou que a URCS e os EE UU "Podem encontrar a base para acções e esforços conjuntos destinados a beneficiarem toda a humanidade" (telegrama de Kruchov a Kennedy na passagem do ano de 61/62).

A UIE e o SEEPE tomam as suas posições muito "anti-imperialistas" e muito "duras" na sua "luta pela paz", sòmente com o fim de conseguirem um prestígio barato ante os estudantes anti-imperialistas de todo o mundo. Contudo, eles acabam por mostrar a sua verdadeira face de colaboradores com o imperialismo, de construtores da paz podre sob as baionetas do imperialismo, de sabotadores da paz das classes trabalhadoras livres. O imperialismo é a origem das guerras contemporâneas. Ao fazer a política de "paz" ele não está senão na fase de representação de "policia bom". Entretanto, prepara-se para uma nova guerra. A UIE e o SEEPE, colaborando na política capitulacionista, não estão senão a ser, tal como a ONU, um instrumento do imperialismo. Os estudantes amantes da paz, se de facto querem deitar por terra esses planos de futuro do imperialismo, só lhes resta um caminho: fazê-lo recuar combatendo-o!

2.8 - A LUTA CONTRA O CHAUVINISMO E REVANCHISMO: nós combatemo- -los de Bonn a Moscovo

Continuemos a analisar as lágrimas de crocodilo da UIE & associadas. No ponto anterior já víamos uma referência de Lenine ao chauvinismo europeu. Pois temo-lo descaradamente na política de "desanuviamento" de que a UIE é porta-voz, concretamente na citada "Esta é a UIE". Aí se pronuncia pela "desnuclearização da Área do Mediterrâneo" (pag. 20), "contra a proliferação das armas nucleares" (pags 18 e 14), assim como por "um tratado de proibição de experiências nucleares" (pag. 14). Que outro significado terá a "desnuclearização da área do Mediterrâneo" senão afastar das suas barbas a ameaça de guerra, de modo a preservar as "metrópoles" do imperialismo europeu? E para que zonas terrestres serão transferidas e afastadas as bombas senão para os "selvagens" da África, America Latina e Sudoeste Asiático? Em caso de "desnuclearização do Mediterrâneo", veríamos certamente apesar de tudo transferidas as do Adriático para não incomodar os amigos gregos e jugoslavos... Ainda sobre o chauvinismo europeu, vejamos as teses da defesa da Europa" apresentadas pelos renegados reunidos em Karlovy-Vary em abril de 67. Que outro significado terá "contra a proliferação das armas nucleares" e "tratado de proibição das experiências nucleares" senão a reivindicação do monopólio nuclear para a URSS e EE.UU. com vista à partilha do mundo? Se nós restassem dúvidas, elas seriam lançadas por terra com a declaração do patrão Kruchof: "Nós (URSS e EE UU) somos países mais poderosos do mundo; se nos unirmos em nome da paz, não haverá mais guerra. Então, se algum louco desejar a guerra, bastará que o ameacemos com o dedo para que se sossegue" (Entrevista ao correspondente norte-americano S. Sulzpeger, 5/9/61). Contudo, os "loucos" vietnamitas, laocianos, birmaneses, angolanos, moçambicanos, guineenses, colombianos, venezuelanos, árabes... não "sossegam". E, para mal do orçamento soviético-americano, muitos outros "loucos" não se sossegarão.

O silêncio que a UIE faz sobre certos factos do domínio público é, uma vez que se diz atenta na luta contra o chauvinismo e revanchismo, a prova mais evidente do seu alinhamento camuflado no chauvinismo e revanchismo. Que diz a UIE sobre as pretensões da Jugoslávia Titista, como se se tratasse da sua "sétima república"? Que diz a UIE sobre as suas provocações armadas na fronteira norte da Albânia? Que diz a UIE sobre o chauvinismo eslavo defendido por Nikita (discurso em 21 de Agosto de 63, Rakovic, Jugoslávia), e a opressão sobre as minorias nacionais não eslavas da Jugoslávia, como por exemplo em Kossovo (na língua, votadas ao analfabetismo e incultura, discriminações, perseguições, mortes, falta de assistência médica, exploração capitalista desenfreada, atraso -- apenas desenvolve as indústrias extractivas pa-

5/10/61
a
Albânia

ra alimentarem o norte —, desemprego — segundo declarações oficiais em 27 de Março de 67, uma pessoa em 11 tinha trabalho na "comuna" de Gjakova; tudo isto no Kossovo, contra 6% de toda a energia eléctrica, 8% de óleo; 50% de chumbo, 30% de minerais de magnésio, 90% de prata, etc., sem contar a grande produção agrícola — dados extraídos do artigo do jornal "VOZ do Povo", "A população albanesa da Jugoslávia não se deixa nem enganar nem submeter pela clique titista", edições de Tirana).

O eixo chauvinista em torno do qual a UIE e o SDEPE gravitam passa por Nova Delhi. Já sabemos que a URSS, tal como os EE.UU., contribui com armamentos para as aventuras e provocações por parte da União Indiana. Assim, os "pacifistas" fazem guerras de agressão, se necessário lhes for. E os soviéticos apressam-se a dar-lhes o seu calor. A revista "O século XX da paz", de capa em fundo azul celeste e com um anjinho loiro vestido de branco expirando sobre as pétalas de uma flor, apresenta no nº 5 de 1967 um artigo do "académico" Fedosseiev, "eminente sábio soviético, filósofo e sociólogo", "vice-presidente da Academia das Ciências da URSS", que "se ocupa dos problemas do materialismo histórico" (!) e que "participa activamente nos negócios públicos". No artigo "A guerra é inevitável?", o "eminente sábio" do "materialismo" histórico, citando Nerhu, refere-se-lhe em termos de compadria: "A eminente personalidade indiana". Ora nós sabemos que Nerhu foi um reacccionário, e agressivo como todos eles. A política da União Indiana é uma política agressiva para com os países vizinhos. Varias vezes provocaram o Paquistão e a República Popular da China. Apesar destes factos incontestáveis, com o cinismo próprio da burguesia parasitária, o "eminente sábio" acrescenta no final do artigo "Mao Tsé-tung e o seu grupo inspiram-se em suma em aspirações chauvinistas".

Que terá o pobre SDEPE a ver com isto, perguntar-se-á. Nós acusamos claramente. Tem porque não denuncia. Tem porque o ex-presidente do SDEPE, Eurico de Figueiredo, na sessão de encerramento do 2º encontro com o vice-presidente da ESP (Associação dos Estudantes Polacos) se pronunciou pela "defesa da Europa" numa evidente manifestação chauvinista. Tem porque toda a opressão de que é vítima a população do Kossovo é "esquecida" pela UIE & SDEPE, que preferem estabelecer amistosas laços com a Jugoslávia titista.

2.9 - A DEFESA DOS DIREITOS DOS ESTUDANTES: nós defendemos os anti-imperialistas consequentes

A defesa dos direitos dos estudantes é indissolúvel do que defendem e constituem os seus interesses. Por isso, nós não nos pronunciamos por uma defesa em abstracto dos direitos dos estudantes nem participamos nessa manifestação de classe que é o chauvinismo estudantil. Por exemplo na questão do imperialismo, nós apoiamos sim os estudantes que levam a cabo uma luta consequente anti-imperialista. Mas a UIE, embora se pronuncie pela "defesa dos direitos dos estudantes", ela sabe na devida altura e quando lhe convém não estar presente. Por exemplo, no "Boletim de Informação" nº 2/67, noticia que em Berlim Oeste uma manifestação contra os bombardeamentos americanos ao Vietnam foi brutalmente reprimida pela polícia. Contudo, até hoje ainda não vimos — nem veremos — da parte da UIE qualquer protesto e denúncia da repressão em Moscovo, Sófia e Belgrado contra os estudantes que se manifestaram a favor dos povos árabes. Óptica de funil, esta a da UIE.



3-0 III ENCONTRO

Estiveram presentes no Encontro 16 delegações de associações e núcleos de estudantes portugueses no estrangeiro: Genève, Génova, Lausanne, Grenoble, Iugoeslândia, Paris, Roménia, Polónia, R.D.A., Tournai, Louvain, Toulouse, Hungria, Inglaterra, Checoslováquia e Bruxelas.

Cada delegação informa sobre as actividades da sua associação ou núcleo. Assim, a delegação dos estudantes portugueses na Polónia informou que tentaram editar um livro de Dias Coelho e que a editora se recusou porque daria prejuízo... Acrescentou ainda "Esta gente não se interessa lá por baixo: sabem que existe o Salazar, muito vinho e muito sol". Informaram ainda terem trabalhado na rádio: alguns programas de música portuguesa (quem sabe se "ón tempo volta p'ra trás"...).

Seguem-se as informações da delegação dos estudantes portugueses na Iugoeslândia. A 24 de Março realizaram um "meeting" com um cocktail (não Molotov, claro) em que compareceram 300 a 350 pessoas a prestar a sua solidariedade à luta dos estudantes portugueses: "Para o próximo ano esperamos fazer uma boa festa. Esperamos que a música portuguesa chegue a tempo, e não com 3 dias de atraso, como este ano aconteceu". Por fim, a delegação pediu ao SEDPE e à Frente Patriótica para apoiar o seu pedido à "Aliança Socialista" para aumentarem as bolsas e conceder outras vantagens aos bolseiros.

A delegação vinda da Roménia é que se mostrou menos optimista, pois comunicou as suas "dificuldades de trabalhar politicamente, devido à política reaccionária interna do governo". Informa ainda que os árabes foram proibidos de fazer uma manifestação e os gregos tinham tido muitas dificuldades. Acrescentou "Os jornais não falam de política; falam dumas viagens de ministros, mas não dizem nada".

Outras delegações deram as suas informações. Dum modo geral todas afirmaram terem agitado o problema do José Bernardino, e algumas ainda, quando do 13 de Maio, escreveram, desgostosas, cartas a Sua Santidade...

Dum modo geral falava-se bem na sala. Dir-se-ia que recordámos aquelas saudosas reuniões-inter-associações na Lisboa dos anos aureos dos dirigentes. A propriedade de linguagem não faltava, e a ob

jectividade também não. Foi assim que se discutiu se as propostas aprovadas seriam "rectro-activas", e se adoptou "um critério a partir da análise da realidade actual".

Seguiram-se as tradicionais resmas de moções (aprovadas a um ritmo razoável) a apoiar todos os "povos" e mais um e a "democracia", e a condenar o imperialismo e o fascismo. Os moldes, já os conhecemos: esquecendo os mais directos colaboradores do imperialismo, com os quais, além de outros laços amistosos, parte das delegações mantém os das bolsas.

O SDEPE, na pessoa do seu vice-presidente para as relações exteriores, passa a apresentar-nos o passado trabalho externo. É então que nos dá uma ideia do que é a U.I.E. "Criada em 1946 — afirma — vítima do stalinismo por volta de 50, era uma seita fechada. Desenvolveu-se depois. Atravessa hoje uma crise de organização. Prejudica-se pela luta politica no seu seio".

"Vítima do stalinismo", "seita fechada" que era afinal a vanguarda internacional dos estudantes e não permitia no seu seio os colaboradores do imperialismo e das burguesias dos varios países! "Desenvolveu-se depois", ("depois" de 6 de Março de 1953, data da morte de Staline), através do lançamento de campanhas de "sócios" em que a qualidade não interessa. O que é preciso é "cooperação e unidade"...

Sim, a luta política no seu seio prejudica a U.I.E., tanto mais como ela é hoje: peça duma burguesia que aspira à estabilidade. As Uniões Nacionais de estudantes que queiram lutar contra a exploração e a miséria nos seus países ou que procurem cooperar à escala internacional na luta anti-imperialista, so têm um caminho: abandonar a "unitária" e "coexistente" U.I.E..

Não foi esta porém a opinião da delegação de Louvain, que propõe ao encontro a aprovação da política externa do SDEPE, que, claro está, foi aprovada (com um voto contra). Propusemos nós então que o SDEPE apresentasse um relatório detalhado sobre as relações internacionais. Resultado da votação: 1 voto a favor, 12 votos contra, 3 abstenções. Isto mostra bem o desejo dos participantes em saberem como os representavam por esse mundo fora (quando afirmamos na introdução que "em tempo util" mostraríamos de quem estávamos rodeados, pensavamos exactamente nesta passagem do relatório).

Dum modo geral, as restantes 15 delegações (com contradições internas ou sem elas) corresponderam perfeitamente aos objectivos do SDEPE. No entanto seríamos injustos se as tomássemos todas pelo mesmo e não fizéssemos referência às que se empenharam decididamente na defesa de tão "fraternos", "unitários" e "coexistentes" ideais defendidos no SDEPE. E mais injustos seríamos se não destacássemos as quatro que mais se esforçaram nesse empreendimento que é a continuidade dessa linha do SDEPE: São elas Genève, Génova, Lausanne e Tchecoslováquia (embora umas mais eficientemente que outras, as quatro "exaquo" quanto a esforço).

Isto foi o que vimos. Se algo mais se passou, não notámos, embora sempre tenhamos estado na sala. E perante tudo isto, a nossa atitude so poderia ser uma: não nos vincularmos absolutamente a nada do que ali se disse.

A Delegação de Bruxelas

